6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Ata do Workshop «Avaliação da PCP e Visão 2040»
14 de outubro de 2026, Faro e online

Nicolás Fernández Muñoz (Presidente do grupo de trabalho sobre Pescas Tradicionais) abriu a sessão, agradecendo aos participantes e aos representantes das instituições europeias pela sua presença e envolvimento.

Aprovação da ordem de trabalhos: aprovada sem observações.

1. Apresentação do relatório sobre os dados socioeconómicos do CSTEP

Joan Roussoulière-Azzam (DG MARE) apresentou o primeiro relatório social completo dedicado ao setor das pescas. Este relatório do CSTEP permite analisar melhor as evoluções sociais do setor e, assim, complementar as análises dos dados económicos e biológicos. Ela destacou os progressos alcançados pelo CSTEP, ao mesmo tempo que chamou a atenção para algumas lacunas persistentes. O relatório insere-se num conjunto de ferramentas que inclui os perfis nacionais e os perfis das comunidades pesqueiras. O relatório já serviu de base a trabalhos sobre a avaliação da PCP, a Visão 2040 e a Policy Statement.

Os resultados revelaram uma diminuição do emprego na maioria dos países, uma redução do número de embarcações e uma maior sazonalidade da atividade. O relatório assinalou igualmente o envelhecimento da mão-de-obra, a fraca representação das mulheres (cerca de 5 %) e as dificuldades em tornar a profissão mais atrativa. Abordou as condições salariais, a segurança a bordo e as disparidades em matéria de proteção social, sublinhando simultaneamente as limitações de certos dados e a necessidade de melhorar a sua recolha. A edição de 2027 incidirá sobre a renovação geracional.

David Milly (OP Pêcheurs d'Aquitaine) solicitou que o emprego de trabalhadores não comunitários fosse discriminado por tipo de atividade, uma vez que a sua presença é mais acentuada em determinados segmentos da pesca de alto mar e em certas tripulações. Ele associou esta evolução à perda de atratividade da profissão, mas também às novas estratégias adotadas pelas armadoras, que permitem pescar volumes comparáveis com menos pessoal. Considerou ainda que a questão dos salários merecia uma análise mais aprofundada e que uma melhor remuneração poderia contribuir para a atratividade.

Juan Manuel Trujillo (ETF) questionou quais as respostas concretas que poderiam ser dadas ao diagnóstico: apoios fiscais, melhoria da rentabilidade, recrutamento de jovens e mulheres ou medidas destinadas a reforçar a atratividade. Insistiu nas condições de segurança e de trabalho, na ratificação e harmonização das convenções a nível europeu, na formação e na habitabilidade dos navios. Apelou também para que a reflexão não se limitasse à eficiência energética, mas que se tivesse em conta a segurança e a antiguidade da frota

6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Julien Lamothe (ANOP) solicitou que os resultados fossem integrados nos trabalhos sobre a PCP e nas reflexões sobre as possibilidades de pesca. Salientou as limitações dos equivalentes a tempo inteiro quando calculados com base em médias da tripulação no mar, sem ter suficientemente em conta as rotações, as variações ao longo do ano e os postos de trabalho em terra nas empresas. Considerou que o método de cálculo dos ETP necessitava de trabalhos complementares.

Sergio Lopez (OPP Burela) recordou a redução do número de navios e considerou que a atratividade dependia, acima de tudo, da viabilidade económica das atividades. Indicou que, na sua frota, o emprego assentava em grande parte em trabalhadores provenientes de países terceiros, nomeadamente de Cabo Verde e da Indonésia.

Luis Vicente (ADAPI) relacionou as questões de segurança e conforto com a idade dos navios, cuja média é de cerca de 40 anos. Questionou se o aumento dos acidentes afetava sobretudo a pesca artesanal.

Miren Garmendia (OPEGUI) acrescentou que alguns segmentos continuavam economicamente viáveis sem atrair a nova geração. Referiu a falta de prestígio da profissão, as dificuldades de acesso à propriedade e a necessidade de embarcações adequadas, e considerou que as políticas europeias deveriam reconhecer melhor as competências dos pescadores.

Francisco Teijeira (OPROMAR) considerou que os dados científicos deveriam permitir a elaboração de rácios e análises por profissão, modalidade de pesca, cultura profissional e história das frotas.

Joan Roussoulière-Azzam (DG MARE) tomou nota das observações, em particular sobre a atratividade, a renovação geracional, os salários, as condições de trabalho, a idade dos navios e as rotações da tripulação. Recordou que a evolução demográfica geral da população europeia também devia ser tida em conta e que o aumento dos salários não implicava necessariamente um aumento do emprego. Confirmou que as condições de trabalho e a assinatura de convenções internacionais eram objeto de trabalhos a nível europeu. Precisou que os acidentes afetavam tanto a pesca artesanal como a pesca de alto mar.

2. Avaliação da PCP: intercâmbio entre os membros

Nicolás Fernández Muñoz, presidente do grupo de trabalho, recordou o contexto dos trabalhos do CC SUL e da publicação da avaliação da PCP.
Sergio López (OPP Burela) considerou que a avaliação não fornecia um diagnóstico suficientemente preciso da situação da pesca na Europa e carecia de autocrítica. Declarou-se

6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

favorável à elaboração de um parecer, salientando, no entanto, que os membros divergiam quanto à necessidade de uma reforma profunda ou de meros ajustamentos.

Miren Garmendia (OPEGUI) insistiu na urgência de eliminar os obstáculos com que o setor se defrontava. Sugeriu que fossem incluídos no parecer os seguintes temas: a renovação geracional, a disponibilidade de um fundo europeu específico, os planos de gestão plurianuais, a transição energética, o apoio a projetos científicos, o acesso à propriedade e às embarcações, a simplificação administrativa e o apoio económico.

Julien Lamothe (ANOP) propôs procurar, em primeiro lugar, os pontos de convergência entre o setor e as ONG, sem entrar num debate geral sobre a manutenção ou a reforma. Citou vários temas suscetíveis de gerar consenso, nomeadamente o funcionamento da regionalização e dos conselhos consultivos, os planos de gestão e a plurianualidade.

Nicolas Blanc (SCIAENA) reconheceu as diferenças de abordagem entre as ONG e o setor, mas considerou que era também necessário analisar a falta de implementação da PCP de 2013. Citou, em particular, o artigo 17.º, cujas possibilidades, na sua opinião, não estavam a ser suficientemente aproveitadas pelos Estados-Membros para promover as pescarias mais rentáveis. Indicou que as ONG estavam dispostas a trabalhar em pontos comuns.

Juan Manuel Trujillo (ETF) confirmou que a ETF era favorável à elaboração de um novo parecer e apelou a que a sustentabilidade fosse abordada nas suas três dimensões.

Santiago Folgar Gutierrez (AVOCANO) solicitou que o texto formulasse uma crítica mais firme e considerou que a União Europeia deveria apoiar mais o setor. Maria José Rico (FECOPPAS) também defendeu a necessidade de agir, embora considere que uma nova PCP possa ser necessária após a avaliação.

Para concluir este ponto, Nicolás Fernández Muñoz propôs que os membros enviassem ao secretariado, antes do final do mês, os temas que desejassem ver abordados, sem esperar necessariamente pela publicação da Visão 2040.

RESUMO:

- **O relatório sobre os dados sociais do CSTEP foi apresentado aos membros pela Comissão Europeia. Este relatório servirá de base para as futuras discussões do CC SUL.**

- **Os debates entre os membros do CC SUL permitiram identificar temas prioritários para a elaboração de um novo parecer sobre a avaliação da PCP**